A formação política de pessoas trans em um cursinho pré-universitário social

Ana Cristina Fournier
Mestra em Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação – Área de Concentração: Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, UERJ/FEBF. Especialista em Controle e Gestão Ambiental pela UGF. Graduada em Pedagogia pela UNIP e em História pela UNISSUAM. Colaboradora na Superintendência da Secretaria Estadual de Educação e na FGV Conhecimento.
Rua Tavares Bastos, 29 apto 4 – Catete – Rio de Janeiro – RJ –

Flávia Salazar Salgado
Doutoranda em Educação – PPG Educação UFF – Linha de pesquisa: Intelectuais, Juventude e Escola Democrática – IJED e Mestre pelo PPG em Cultura e Territorialidades – PPCULT do Instituto de Artes e Comunicação Social – IACS – UFF. Professora de Geografia da Educação Básica na Rede Municipal de Teresópolis-RJ.
Rua Professor Valadares, 212 sobrado 1ª – Grajaú – Rio de Janeiro – RJ – 20561-025

Resumo

Formação Política foi um tema recorrente da pesquisa que analisa as contribuições de um cursinho pré-universitário voltado a pessoas trans – categoria que aglutina as identidades de gênero “travesti” e “transexual”. A pesquisa de abordagem qualitativa se deu a partir do diálogo com os egressos de idades entre 21 a 26 anos que, atualmente, cursam ensino superior em universidades públicas. Considera-se que a educação proposta pelo cursinho preparatório para o exame que dá acesso às universidades públicas com foco na pessoa trans potencializou positivamente suas vidas, antes mesmo da entrada na universidade, na medida em que constituiu uma formação política desenvolvida através da militância individual e coletiva.

Palavras-chave

Formação política. Cursinho Pré-universitário. Gênero.

Resumen

Palabras-clave

Formación política.

ABSTRACT

Keywords

Political formation. Pre entrance exam. Gender.

Uns dizem que é ladainha
Outros sabem me ouvir
Mas quem tem corpo aberto
Consegue ouvir (...)
Eu sou neta de Chica,
sobrinha de Vera,
Neta de Dandara
Quem é que vai encarar?

Amiga de Marsha P., Jackson,
prima de Lacraia
Ei! Eu duvido.
Cês não vão conseguir me matar!

(Bixarte,
vencedora do 1º Slam Cúir – FLUP 2020)[1]

O estudo que deu origem a este artigo[2] analisou os relatos de egressos de um cursinho pré-universitário voltado a sujeitos trans[3] em situação de preconceito de gênero e/ou vulnerabilidade social. Esses sujeitos que não se adequam ao padrão binário homem/mulher e que são, acima de tudo, pessoas que violam as normas e que se desviam do que é considerado “normal” refletindo uma ameaça evidente à conduta de gênero estabelecida pela sociedade. Será possível conhecer as histórias desses estudantes a partir das reflexões compartilhadas, uma proliferação de vozes, até pouco tempo, silenciadas.

Iniciaremos o diálogo sobre os aspectos metodológicos encadeados na pesquisa que deu origem a este artigo. Os egressos fizeram parte da ação educativa na região de Niterói, cidade que pertence a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a capital do Estado do Rio de Janeiro. Seis pessoas participaram dessa pesquisa, entre

elas, cinco egressos do cursinho pré-universitário e um coordenador da Organização não Governamental (ONG) que abarca a ação. Também foi garantido ao grupo o sigilo das identificações, para isso foram utilizados os seguintes nomes: Márcia, Cláudia, Simone, Taís, Marcelo e o coordenador Pedro. Os egressos cursam ensino superior sendo quatro deles na UFF (Universidade Federal Fluminense) e uma delas na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro).

No segundo momento, abordaremos os cursinhos pré-universitários sociais e comunitários com um breve histórico, chamando a atenção para a existência de pouquíssimos cursos preparatórios para o vestibular com o recorte de gênero e sexualidade no estado do Rio de Janeiro onde há apenas um, no município de Niterói, e o outro, no Rio de Janeiro.

Dando seguimento, trazemos reflexões teóricas sobre como as questões de gênero e de sexualidade são tratadas nas escolas, traçando um entendimento sobre a importância de se elaborar estratégias que transformem positivamente as experiências escolares de estudantes trans na educação formal.

Quando se busca o acesso à universidade, o desejo de gerar mudanças sociais e a luta contra as desigualdades também estão presentes, principalmente nas classes menos favorecidas. Nesse sentido, muitos percebem no acesso à universidade uma concreta possibilidade de ascensão social. Essa possível transformação social também se relaciona com a dimensão política existente na educação.

A Escuta – Aspectos Metodológicos

Metodologicamente, esta abordagem qualitativa responde a questões particulares, pois se preocupa com uma realidade que não é quantificável. Trabalha com perspectivas de ordem subjetiva (significados, motivações, aspirações, valores, atitudes etc.) e conta com o apoio dos egressos do cursinho pré-universitário que se encontravam na universidade no ano de 2019 e que passaram pelo preparatório no ano de 2018. As entrevistas semiestruturadas foram gravadas em áudio, com o apoio de um celular e, posteriormente, transcritas de forma literal.

A análise temática empreendida nesta pesquisa é a que procura expressões verbais ou textuais mais recorrentes nas entrevistas e que se mostram aparentes nos vários conteúdos analisados. Uma forma de categorização e subcategorização que constitui o corpus, proposta por Egberto Ribeiro Turato (2013, p.442).

Segundo as fases recomendadas por Turato (2013) no tratamento dos dados da pesquisa qualitativa, foram feitas as seguintes ações: transcrição das entrevistas, leitura, busca do dito e do não dito entre as palavras, destaque dos assuntos por relevância, validação e a partida para a interpretação, discussão e inferência do material.

Um dos temas mais recorrentes foi a *formação política* que se externava na relação do estudante com o cursinho preparatório e vice-versa. Tal categoria será fundamentada a partir dos relatos compartilhados, propondo o exercício como relevante para as reflexões sociais e acadêmicas e, claro, reflexões atravessadas pela compreensão de algo novo, o que demandou disponibilidade e planejamento para adentrar nos caminhos de desconstrução das verdades sobre "o outro". Verdades estabelecidas por falta de escuta e pela necessidade de naturalização e normatização de alguns aspectos sobre outros.

Com o material em mãos, realizou-se uma revisão a partir da escuta atenta dos áudios para correção e/ou adequação de termos transcritos. O material revisado foi impresso para, então, iniciarmos sua análise. Inicialmente, a análise consistiu na leitura profunda do material e foi acompanhada por anotações. Essa fase é denominada por Turato (2013) de pré-análise e consiste na leitura flutuante das entrevistas transcritas. A fase seguinte compreendeu a seleção dos assuntos pelos critérios de repetição ou de relevância e da verificação dos temas recorrentes que fossem capazes de sintetizar as ideias presentes nos trechos destacados. Esse percurso metodológico é construído buscando elucidar os objetivos da pesquisa.

A repetição de alguns temas ao longo das entrevistas foi fundamental na construção da sua análise. Nesse percurso, buscou-se a identificação de ideias, expressões e sentenças que levariam a um encadeamento da relevância dos significados para os entrevistados da ação educativa.

O processo da análise também contou com a busca de relações entre as falas e o diálogo com a literatura disponível acerca do que foi pesquisado. No corpus das entrevistas, emergiu de maneira substancial, como dissemos, o tema *Formação Política* que, por sua vez, dimensiona a profundidade do conhecimento de si mesmo e da militância dos estudantes *trans* a partir de suas demandas.

Cursinhos pré-universitários

Em sua dissertação de mestrado, Alexandre do Nascimento identifica diferentes

formas dos cursinhos pré-universitários sociais:

grupos que fazem um discurso radical em defesa da educação pública, gratuita e de qualidade e outros que atuam na obtenção de resultados imediatos, muitas vezes fortalecendo o discurso privatista na medida em que suas práticas possibilitam dizer que as instituições privadas podem garantir o acesso de estudantes de classes populares".

(Nascimento, 2008, p. 15)

A perspectiva de transformação do sujeito e de emancipação social no trabalho de preparação para o vestibular ganhou força na década de 1990. Houve um importante movimento, no percurso dos cursinhos pré-universitários para negros e carentes, pela atuação de entidades e militantes do movimento negro, que trouxeram demandas e o debate sobre a desigualdade social na sociedade brasileira. Nesse sentido, como nos diz José Carmelo Braz Carvalho, esses cursinhos populares já "nasciam" sobre o aspecto da pluralidade política, tanto em relação às agendas comuns para os estudantes, como também ao perfil daqueles que fazem parte da construção deste lugar, deste espaço. (Carvalho, 2005)

Não há como negar a existência de cursinhos pré-universitários com recorte étnico e social que podem beneficiar pessoas trans, nota-se, no entanto, uma relativa ausência de programas específicos de acesso à universidade para esse segmento da população.

Para Laila Queiroz de Souza, esses cursos preparatórios para o acesso à universidade externam os limites e a segregação de corpos nos espaços formais de estudo. Com base nos grupos populares da sociedade, os preparatórios específicos fomentam debates sobre as desigualdades e a negação dos direitos vivenciados por essa população (Souza, 2019, p. 42).

No cursinho preparatório estudado são desenvolvidas propostas pedagógicas ligadas às experiências que os docentes possuem, o que proporciona diferentes atuações, na medida em que há certa liberdade de criar e perceber os movimentos existentes dentro de sala de aula, mesmo no contexto de um "pré-universitário" que engloba o desafio limitador de criatividade, visto que um dos focos específicos é o conteúdo que será utilizado no concurso. De acordo com as entrevistas,

entretanto, são as relações vivenciadas no espaço entre a gestão, os professores e os estudantes que proporcionam essa experiência diferenciada que está muito além do acesso à universidade.

O aumento de práticas educacionais como a de cursinhos pré-universitários com o recorte de gênero e sexualidade acentua a luta pelo direito à educação que é entendida cada vez mais como necessária, na medida da tomada de consciência sobre a importância do diálogo entre a sociedade e tais grupos que vivenciam direitos negados e retrocessos das suas poucas conquistas neste campo.

Questões de gênero nas escolas

Para compreender as escolhas dos estudantes trans nos dias de hoje, é importante conhecer seu percurso na educação formal, suas memórias ou os diversos motivos que levaram às suas descontinuidades escolares. Caminhos que, de alguma forma, conduziram esses estudantes ao cursinho preparatório. Em consonância com tal objetivo, traremos aqui reflexões teóricas sobre como a dimensão de gênero/sexualidade pode ser percebida nas escolas.

Agressões físicas e verbais, tratamentos preconceituosos e constrangimentos são constantes na vida escolar das pessoas que não se identificam como heterossexuais. A perspectiva da vivência do diferente nas escolas é um processo doloroso para quem a vive, para os sujeitos que não se ajustam às regras da heterossexualidade.

A escola também se apresenta como um espaço de normatização que reflete e reproduz os comportamentos sociais. Não é diferente com a questão da sexualidade, no ambiente escolar, há um modelo central de vivência das práticas afetivas e sexuais que são os moldes da heteronormatividade. Assim, tudo que diverge deste contexto se apresenta como diferente e de difícil aceitação, reforçando práticas preconceituosas e discriminatórias para com as outras formas de vivência das sexualidades.

O termo heteronormatividade é compreendido e problematizado por Analídia Rodolpho Petry e Dagmar Elisabeth Meyer, como um padrão de sexualidade que regula o modo como as sociedades ocidentais estão organizadas. Trata-se, portanto, do poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes (Petry & Meyer, 2011).

Para Viviane Vergueiro Simakawa (2015) a categoria de heteronormatividade, refere-se tanto às práticas quanto às instituições centralizadas que privilegiam e legitimam a heterossexualidade e os relacionamentos heterossexuais como fundamentais e “naturais” dentro da sociedade. Também pode ser relacionada ao conceito de “heterossexualidade compulsória” que se fundamenta com a invisibilidade das experiências não heterossexuais. André Luiz Bernardo Storino (2017) afirma que a heteronormatividade estrutura as relações sociais sustentando as concepções binárias do masculino e do feminino, enquanto exclui da ideia de “normalidade” os corpos que subvertem as regras.

Uma das possibilidades de engrossar a luta contra a transfobia nos espaços educacionais é, primeiramente, reconhecer que existem sujeitos trans nas escolas, não silenciar as diferenças, assumir que existem nos espaços escolares crianças e jovens que não se adequam ao binário masculino/feminino. Uma outra maneira seria descontextualizar orientação sexual do conceito de gênero das pessoas. Entender como a heterossexualidade é produzida socialmente e é acionada nas escolas para seguir atuando nessas frestas. Compreender o gênero no interior de um sistema binário-homem/mulher não cabe mais nas diversas possibilidades existentes.

Linda Nicholson (2000) argumenta que para caracterizar as diferenças entre homem e mulher, muitos apelam para explicar as relações entre gênero e sexo, recorrendo à biologia para explicações sobre a composição dos corpos, como se esses fossem dados da “natureza”. Isso porque estabelece uma relação mais do que acidental entre a biologia e certas características e aspectos do comportamento, em uma atitude que vai ao encontro da ideologia hegemônica estabelecida.

Guacira Lopes Louro (1997) salienta que o gênero se constitui com e/ou em corpos sexuados, ou seja, a biologia não é negada. O que é negada é a construção histórica produzida sobre as características biológicas, ou seja, a construção social de cada sexo. Nesse sentido, a categoria gênero é entendida como uma construção social das relações em uma arena disputada.

A autora ainda destaca que “na escola é exercida uma pedagogia da sexualidade [e de gênero], legitimando determinadas identidades e práticas sexuais, reprimindo e marginalizando outras” (Louro, 2000, p. 21). Tal pedagogia resulta nos altos índices de expulsão escolar e não de “evasão” escolar. Quando o estudante sai da escola por não se sentir protegido nesse espaço, tal ação não pode ser fundamentada,

apenas, por evasão escolar. Isso porque constrangimentos, discriminações e violência são uma constante na vida dos estudantes que não se adequam ao binarismo homem/mulher que estrutura os espaços escolares e causa a expulsão desse grupo.

Louro (2000) segue explicando que, querendo ou não, as questões referentes à sexualidade perpassam as relações sociais nas escolas, na medida em que fazem parte das brincadeiras e das piadas, dos namoros e, inclusive, do grafite nos banheiros, além de estarem presentes em sala de aula, nas atitudes e falas de professores e estudantes.

A construção dos diálogos sobre gênero e sexualidade proporciona, além da reflexão sobre o direito à educação, a compreensão de que apesar das regras, cada vez mais, existirão aqueles e aquelas que rompem e transgridem as estruturas, disputando seu direito de expressão. Está posto para as instituições escolares o desafio do acolhimento desses indivíduos.

Muitas pessoas trans subvertem o que é dado como normal, na medida em que são vistos como diferentes e que as diferenças em nossa sociedade ainda são foco de preconceitos e julgamentos. Entretanto a diferença pode ser vista como algo que faz parte de cada um de nós e não como aquilo que está sempre no outro ou em outro grupo.

Formação política

Falamos de uma formação política que se dá no processo de interação entre o estudante trans e o cursinho pré-universitário com o recorte de gênero e sexualidade. Um processo de aprendizagem que os estudantes desse preparatório vivenciam cotidianamente. Maria da Glória Gohn (2010a) destaca o sentido político da educação como uma relação entre o movimento social e a educação, onde a luta pela educação envolve a luta por direitos e faz parte da construção da cidadania e da participação.

A autora afirma, ainda, que as experiências nas quais os sujeitos do cursinho pré-universitário estão envolvidos não advém do passado, embora seja importante uma memória que dê sentido às lutas do cotidiano. A experiência se recria no dia a dia, na adversidade das inúmeras situações enfrentadas (Gohn, 2010a).

Alexandre do Nascimento (1999) explica que alguns movimentos sociais lutaram

pelo direito à escolarização, mas foi a partir do século XX que tais ações ficaram mais notáveis com a preparação de estudantes pertencentes a grupos sociais marginalizados. Para além da preparação para o vestibular, essas ações trabalham com a perspectiva de estudantes socialmente engajados, politicamente atuantes e autônomos em relação às suas escolhas. A transformação de consciências a partir das diversas aprendizagens se dá também através de seminários, fóruns e assembleias.

Essa "consciência para a vida" está presente no relato de uma das egressas entrevistadas, Márcia, que fala sobre o conhecimento de si mesma e a busca de realização pessoal, a partir da sua atuação cotidiana e do pensamento crítico:

Sou militante, sou também feminista, então, uma pessoa trans que não conhecesse nada sobre militância e que não soubesse nada disso, assim que entra no preparatório não tinha como ficar sem essa consciência pra vida, fazer escolhas e saber as suas consequências. Questionar, questionar e questionar…Tudo isso ajuda na realização dos meus sonhos, sabe? Nos meus caminhos.

(Márcia, universitária egressa)

A entrevistada nos remete às reflexões de Paulo Freire quando afirma, na *Pedagogia do Oprimido*, ser indiscutível que ao se pretender a libertação dos homens, não se pode aliená-los e nem mantê-los alienados e que as ações e reflexões das pessoas podem transformar o mundo (Freire, 2003). Nesse relato se insere uma educação como prática da liberdade: (…) ao contrário daquela que é prática da dominação e que implica na negação do homem abstrato, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens. (Freire, 2003, p. 40)

Sobre essa educação que "questiona, questiona e questiona", Freire (2003) ressalta que é futuridade revolucionária, esperançosa, que traz à tona a condição das pessoas como seres históricos e a sua historicidade. Os seres começam a olhar para a frente, conhecer o que está sendo para, da melhor forma, construir o futuro e, a partir daí, criar uma identificação com os movimentos que perpassam os homens, como seres que se veem como inconclusos, num movimento de ponto de partida ao objetivo.

Do mesmo modo, outra entrevistada, Cláudia, demonstra sua “abertura para conhecer e aprender”, ação de empoderamento e representatividade:

Surgem diversas oportunidades quando a gente abre a mente para conhecer e aprender, né? Vai tomando consciência das coisas. Você acaba passando a ser a representação de um grupo, então quando as pessoas querem saber, querem entender, elas vão até você, vão te procurar pra que você fale e começa a expandir, porque o movimento social também é muito interessante, ele consegue expandir também os horizontes. Pelo movimento social eu tive a oportunidade de viajar, daí você vai enriquecendo o seu conhecimento acerca daquela temática e aí você vai se empoderando cada vez mais pra ocupar esse espaço de representatividade.

(Cláudia, universitária egressa)

Por sua vez, Simone ressalta um sentimento vivenciado de sentido e direcionamento de vida que levou consigo, mesmo após o cursinho preparatório:

Você vê as coisas acontecendo, você tá inserido dentro de um contexto social onde as coisas estão acontecendo e você vê as coisas acontecendo, então acho que isso faz muito sentido pra vida que a gente quer viver, uma autonomia, uma consciência das coisas. Esse projeto, de fato, muda vidas, muda perspectivas, acho que empodera mesmo, o fato de estar em uma ONG, acho que dá um direcionamento também, não só no que as pessoas pensam… Direcionamento para a vida, sabe? É muito mais que só o acadêmico. Eu tenho certeza de que os ensinamentos que eu vivenciei lá foram decisivos pra minha permanência até hoje na universidade.

(Simone, universitária egressa).

O termo empoderamento surge diante de algumas falas, principalmente quando se questiona qual é o tipo de transformação que acontece a partir da entrada desses alunes no cursinho pré-universitário.

A autora Maria da Glória Gohn prefere não utilizar o termo *empowerment* ou empoderamento devido ao desgaste e uso estratégico por ONGs e instituições que só se interessam pela capacitação de indivíduos para o mercado de trabalho na

geração de renda em atividades do terceiro setor (Gohn,2010a). Nesta pesquisa, no entanto, utilizaremos a noção de empoderamento como parte de um processo em construção de consciência política individual e coletiva que se relaciona com aspectos como a formação política, a autonomia e a emancipação social.

A autonomia capacita os estudantes para a inserção na dimensão social e para a compreensão do contexto local, cultural, econômico e ético. Mesmo nos diversos percursos da vida, frente a incertezas, a autonomia convida o indivíduo a refletir e agir.

De acordo com o relato de Simone, o que favorece o desenvolvimento da autonomia e da consciência crítica é o fato de estudar em um cursinho pré-universitário inserido em uma ONG que atua na militância do movimento LGBTQIA+. São aspectos que determinam tanto a formação nas disciplinas para o vestibular, como também os conhecimentos que agregam a uma vida de luta pela melhoria de sua existência.

Uma série de resultados pode ser desenvolvida nos processos da educação não formal como a organização de grupos coletivos e a transformação de olhares sobre o mundo, sobre a vida e suas adversidades. O sentimento de valorização de si próprio envolve o entendimento de como agir diante dos preconceitos e a vontade de reconhecimento e inserção a partir das suas diferenças (Gohn, 2010b, p. 21). A autora ainda aponta que a existência de uma consciência para a vida, de certo modo, significa o mesmo que emancipação.

Segundo Adorno (2000), há relação entre a conscientização e a racionalidade. Para o autor, os conceitos de consciência e de racionalidade são entendidos de modo restrito, como capacidade formal de pensar. A racionalidade como ação individual consiste em examinar as ideias, como também as opiniões e revisitá-las, criticá-las e voltar atrás quando necessário.

Consciência política, para Salvador Sandoval (2001), é um conjunto de dimensões psicológicas e sociais que inter-relacionam informações e significados, levando o indivíduo a conhecer possíveis escolhas e, a partir delas, tomar decisões que representem o melhor curso de ação dentro de contextos específicos. A ação de tomar decisão vai ao encontro dos desejos e projetos de vida pensados pelos estudantes e surgem nas falas acima, como uma relação com a mediação das consequências das escolhas e, também, com a expansão de horizontes desses egressos. Nesse sentido, o autor ressalta que a consciência política pode ser

entendida como uma combinação dos aspectos identitários com as concepções e a convivência dos indivíduos com a sociedade na qual vivem.

A educação política relaciona-se com o nível de consciência dos indivíduos que se inserem em um processo de transformação. Não só no nível da sua individualidade, mas na construção de uma consciência coletiva que se dá por meio dos acontecimentos de uma sociedade, além de noções fundamentais sobre nossos governantes e suas responsabilidades. A emancipação, segundo Gohn (2010b), depende dos níveis de consciência das pessoas, da sensibilidade aos desafios, da capacidade de construir sonhos que possam se tornar reais e em uma perspectiva de significado que vem do interior de cada ser e que impulsiona as pessoas.

Coordenador da iniciativa, Pedro chama atenção para a questão de que é preciso despertar a consciência de todo indivíduo para as adversidades vividas cotidianamente pelas pessoas trans:

Trans, LGBTs e tantos outros, QI+ não podem ser “usadas” por essa sociedade como bem entendem, como se não fizéssemos parte dela. Precisamos travar militância nas trincheiras para além do preparatório para o vestibular, porque você passa, por exemplo, para uma UFF da vida e vai ser só mais um profissional nesse mundo do gênero heteronormativo, machista, misógino e com lgbtfobia. Não dá para reproduzir preconceitos, é preciso furar essa bolha e propagar.

(Pedro, coordenador ONG).

A formação política pode emergir dos diálogos, das experiências, dos conhecimentos e das opiniões individuais, inclusive.

O que me dá forças é que quando me lembro de tudo que eu passei, de tudo que ouvi e de tudo que aprendi para eu chegar até a universidade faz diferença na minha vida até hoje, existe muita gente que está sem perspectiva, muita gente mesmo. Nossas existências são a maior prova de que podemos também dar bons frutos, mesmo as que estão nas esquinas já que não têm outras formas de se sustentar.

(Taís, universitária e egressa)

Em constante mudança, a formação política é percebida de diferentes formas, uma vez que depende das experiências vividas de cada um/uma que atribuem diferentes significados, segundo a sua realidade social:

Hoje, bem ou mal, lido muito bem com o fato de ser uma pessoa transexual e não tenho problema nenhum que as pessoas saibam. Quando entrei no preparatório, logo no início eu não queria entrar no movimento social, nessa militância, queria mesmo passar para a universidade até porque eu sabia que minha cara ia tá lá, estampada, a pessoa ia jogar meu nome no google da vida e achar as coisas... Nesse panorama de governo a gente se torna alvo porque somos representantes desse recorte, né? Sou relativamente novata no movimento social, o movimento social de travesti e transexual é antigo, tem pessoas que estão há vinte, trinta anos no movimento social, essas pessoas, sim, estão à frente, eu tô começando agora, aprendendo com as matriarcas desse movimento.

(Taís, universitária e egressa)

A contribuição do cursinho pré-universitário vai muito além do acesso à universidade, na formulação, construção e realização da consciência política. Ou seja, a própria elaboração de um preparatório para sujeitos trans que se encontram ou não em vulnerabilidade social vai tentando equacionar alguns dos problemas existentes na sociedade.

Uma das áreas de abrangência da educação não formal é a aprendizagem política, a consciência dos direitos dos indivíduos para que possam compreender seus próprios interesses como também os interesses do meio que o cercam.

Não quer dizer que a aprendizagem dos conteúdos curriculares não seja importante, até porque são objetivos desse espaço educativo como cursinho pré-universitário. Entretanto, as representações sociais dos egressos têm a ver com a subjetividade de cada um que adentra no processo educacional como um todo. O debate sobre o papel do desenvolvimento da consciência política na formação de atitudes mostra que os espaços educativos são definidores nesse percurso.

No aspecto da cultura política, Maria da Glória Gohn (2010a e 2010b), Jaume Trilla

(2008) e Renato Ortiz (1995) demonstram evidências de que ações e processos associados aos ambientes educativos têm consequências no perfil político desse estudante.

Gohn (2010b) afirma não ser mais possível permanecermos no conformismo de espaços educacionais tomados pela ordem tradicional, é preciso ousadia para que os coletivos organizados ganhem força e, nesse sentido, é necessário voltar os olhos para a educação não formal e para o papel que a escola possa ter nesse campo da formação política dos estudantes.

A cultura política forma o pano de fundo das expectativas dos cidadãos sobre a realidade política, conforme Gohn (2010a e 2010b). Os cidadãos passam a ser vistos como “sujeitos da ação e não como sujeitos à ação” (Gohn, 2010b, p.53), cita a mesma autora em seus estudos.

O desenvolvimento da consciência crítica acarreta o nascer de um novo indivíduo, mais fortalecido diante das adversidades da vida. Trata-se de um processo que precisa ser aprimorado a cada momento, uma vez que a falha nesse processo de conscientização pode acarretar efeitos substanciais na sociedade ética que buscamos.

Compreender o mundo da política e a atitude crítica em relação às ações praticadas pelas organizações ou pelo Estado são algumas das dimensões que expressam a disposição do jovem a participar da política na vida adulta. Além disso, o interesse político fomenta uma motivação participativa que permanece disponível quando estímulos à participação vão surgindo no percurso da vida. A presença desses atributos depende, em especial, do tipo de espaço educativo que o estudante frequenta, segundo Mário Fuks (2012).

Sentimentos de transformação individual e coletiva dos egressos são vivenciados no espaço educativo, como nos mostra Marcelo:

Ah mudou tudo, não é que eu não tinha consciência das coisas, mas é que mudou a minha perspectiva de possibilidade do que eu tinha pra minha vida, sabe? Percebi que conseguiria, ou melhor eu poderia buscar as coisas que eu queria pra minha vida, estudar Direito, ter uma linha mais acadêmica. Não queria fazer parte da prostituição, de jeito nenhum, isso pra mim era maior questão, eu não queria ter que passar por essa experiência. Quero poder ser um exemplo para as pessoas,

para que outras como eu percebam que existem possibilidades, fora que ali eu conheci diversas pessoas, como eu, me aproximei delas e de eu mesma então [...] Quando existe o recorte social a gente tem mais visibilidade, mais força para a luta e também para a criação de políticas públicas. Discussões sobre direitos sexuais, travestis, como vivem, o que comem, onde moram (risos). As pessoas começam a nos entender melhor e a conhecer nossas demandas

(Marcelo, universitário e egresso).

Percebe-se que o processo de socialização política dos egressos a partir da entrada no cursinho preparatório não gera apenas efeitos imediatos, mas continua reverberando. E, quando se trata de participação política, essa ação começa a ficar mais atraente quando chega a hora de facultar as escolhas nas universidades ou no mundo do trabalho, como aponta Márcia:

Conhecer as histórias das pessoas com quem tive contato no curso foi muito importante. Eu, por exemplo, fiquei parada nos estudos por causa do trabalho, e lá tinha alguns alunos que mal passaram pela escola, não tiveram oportunidade de continuar sem paradas, eram muito carentes, os pais não tinham condições e alguns foram expulsos de casa e daí tiveram que morar na rua. Então quando a gente vai escutando a história das pessoas, vai se modificando, sabe? Mais ainda. E a vontade de estudar para você ser até um referencial na vida de outras pessoas ou da própria família

(Márcia, universitária egressa).

Nesse mesmo depoimento, nota-se uma educação para a experiência que modifica as pessoas, uma vez que a transformação dos pensamentos e atitudes são consequências dos percursos vivenciados no dia a dia.

Voltar os olhos para as expectativas de futuro implica na capacidade de intensificar as práticas que emancipam, a partir da consciência das experiências presentes. Com o foco emancipatório, abrem-se brechas de superação de meros conteúdos, em direção a ações discursivas efetivamente situadas nas experiências do presente, com um olhar planejado para as expectativas de futuro, o que nos diz Boaventura de Sousa Santos (2010).

A análise do processo de emancipação social abarca a política, a economia e a cultura e leva à reflexão sobre direitos (civis, sociais e políticos), poder e dominação. Processos sócio-políticos emergem dessa vertente, tais como participação, democracia, liberdade, resistência, humanização entre outros. Todas essas formas auxiliam a compreensão do ser humano e suas trajetórias na busca do projeto de vida desejado. A emancipação se insere no campo dos problemas sociais, um é parte do outro, mas a somatória dos indivíduos não é o mesmo que o coletivo (Gohn, 2010a)

Como característica da emancipação social temos sujeitos autodeterminados e livres que caminham sem constrangimentos e sem o sentimento de aprisionamento. A emancipação da consciência também ocorre pela compreensão e reflexão da realidade em que se está inserido, pela percepção de que na qualidade de sujeitos históricos podem emitir opiniões, fazer escolhas e construir projetos para adiante (Gohn, 2010a)

Obter reconhecimento e valorização ou esperar por esses aspectos em algum momento da vida foi uma das vertentes que se explicitam nos depoimentos abaixo:

Sou a primeira na família a cursar universidade, antes minha família não me aceitava, hoje em dia, tem orgulho de mim. Outro dia, ouvi uma tia dizer para os meus sobrinhos mais novos que eles precisam ser iguais a mim… A tia que cursa universidade e que mora em Niterói. Minha família me vê como um caminho a ser seguido. Isso é muito novo. Um sentimento muito forte em relação ao meu passado, né? Meu presente e em relação ao contexto em que estou inserida, como mulher trans

(Cláudia, universitária egressa).

Ser universitária auxilia uma continuação da luta dentro da universidade, é muito melhor você estar dentro e travar uma luta, do que você estar fora e tentar travar uma luta dentro. Enfim, estar na UERJ, na faculdade de Direito, sendo a UERJ a primeira universidade que pensou em política pública de reparação para a população negra, eu acho que é um ótimo caminho pra pensar em política pública de reparação pra pessoas transexuais e travestis. Por isso, uma das ações do preparatório no Rio de Janeiro é que as aulas aconteçam em salas da UERJ em dois dias da semana. O povo da universidade vendo travestis e transexuais andando nos

corredores e ocupando aqueles espaços que não são seus faz com que o estranhamento vá desaparecendo

(Taís, universitária egressa).

Taís faz referência a um outro preparatório para a população trans que distribui suas aulas em locais diferentes. Foi aluna de Niterói e hoje, além de universitária, coordena esse cursinho pré-universitário no Rio de Janeiro. Afirma que segue na militância, mesmo na universidade.

Tais ações podem fazer surgir construções de políticas inclusivas para esse segmento e ainda fomentar a visibilidade sobre as questões pertinentes à população trans. Em ambos os casos, os egressos se recusam a se sujeitar e seguem donos de suas trajetórias.

É preciso considerar, também, que o cursinho pré-universitário fez diferença nas trajetórias aqui envolvidas, uma gratidão é vivenciada pelos egressos no que tange às potencialidades de cada um em uma rede de solidariedade encadeada pelo próprio grupo. É o que se percebe nos depoimentos abaixo:

Quando acontecia alguma coisa, todo mundo se ajudava, sabe? Eu lembro da Maria, quando foi expulsa de casa no meio do preparatório, aquela correria, aquele desespero, o que se faz? E todo mundo ajudou... Assim é um projeto que é muito bonito pela transformação na vida das pessoas, não só pra acessar o espaço da universidade, mas para além, a preocupação com aquela pessoa no processo dela até a universidade e no processo dela lá dentro também

(Taís).

E o preparatório ao longo do tempo foi se fortalecendo enquanto uma rede de apoio, uma família que quando eu precisei eu tive muito apoio deles, quando eu fui expulsa de casa. Ali eu posso contar com pessoas até hoje

(Simone, universitária egressa).

Não existe apenas o objetivo de acessar à universidade e reivindicar direitos, esse

movimento também produz afetos. Afinal, quantas intercorrências podem surgir nos caminhos de pessoas trans? Populações que se encontram fora dos limites estabelecidos pela aceitação social são facilmente tomadas pela discriminação e exclusão por parte dos discursos hegemônicos reiterados a todo custo em função de uma “normalidade” no mundo social.

Os professores são muito acolhedores e te fazem entender que é importante estar na universidade, mas também que são importantes outras várias coisas, se você não quiser estar na universidade, se você não conseguir passar. Então acho que para além da universidade

(Marcelo).

Eu me fortaleci, sei que em algum momento isso ia acontecer, mas eu acho que desde o momento que a pessoa tá empoderada de quem ela é, tem todo um conhecimento, não ter ficado abalada diante de certas questões e dar a volta por cima, sabe?

(Claudia).

O laço afetivo e a coletividade são apontados como pontos fortes do grupo e aparecem recorrentemente nas falas. O enfrentamento à transfobia estabelecia-se como uma questão coletiva. A convivência e os laços construídos facilitam a solidificação do projeto que vai além da preparação para o vestibular.

Lá também tem um núcleo de apoio psicológico e jurídico na ONG que abarca o cursinho. É uma rede de apoio. Os professores foram meus amigos e as pessoas trans que estavam ali estudando junto comigo também acabaram se tornando meus amigos para a vida

(Simone).

O mais importante é a rede de pessoas que conheci e que mantenho até hoje. Apoio e solidariedade desde aquela época do pré-universitário, conhecendo as pessoas, suas histórias, a gente vai aprendendo com o outro e nesse caminho

aprende também a viver e a sobreviver, saber que temos escolhas e que nem tudo é preto no branco. Esse empoderamento faz parte de mim agora e isso graças ao preparatório.

(Marcelo)

O percurso das relações criadas no cursinho pré-universitário e no movimento social passa também pelo amparo da dignidade e do enfrentamento às formas de marginalização. Nesse sentido, a construção de redes a partir das alianças feitas pelo grupo é vivenciada para além do tempo do preparatório “até hoje”, como relata Marcelo.

Por uma Pedagogia das Diferenças

Questionar, questionar, questionar

(Márcia)

Ah mudou tudo, não é que eu não tinha consciência das coisas, mas é que mudou a minha perspectiva de possibilidade do que eu tinha pra minha vida, sabe?

(Marcelo)

bell hooks (2017) propõe que uma pedagogia fronteiriça possa ser vivenciada nos espaços educativos a fim de que as diferenças sejam confrontadas e a solidariedade possa, enfim, surgir. A fim de que se construa um espaço, senão livre de opressões, ao menos com menos opressão.

Não há como escapar da dimensão política presente em todos os relatos referentes ao cursinho pré-universitário e à autonomia de cada um, desenvolvida também em função da experiência na ação educativa. No entanto, é importante ressaltar que a incorporação de posturas políticas fomentadas pelos responsáveis pelo pré-universitário daquela ONG retroalimenta a formação política e a preparação para o vestibular. Dessa forma, consegue-se assegurar a cooperação entre eles

fortalecendo as suas relações e a busca por um projeto de vida individual e coletivo.

De acordo com Gohn (2010a), a cultura política não se dá a partir de uma determinação passiva, mas como força ativa moldada pelos direitos humanos e pela busca de soluções.

Daí, afirmamos que o cursinho pré-universitário fortaleceu os objetivos desses estudantes que foram se desenvolvendo também pela formação política e pela conscientização em torno das injustiças sociais e da possibilidade de transformação do meio em que vivem. No acesso à universidade, novas abordagens, como os cursinhos pré-universitários para trans, mostram sua relevância ao fomentar estratégias de resistência e de emancipação dessas pessoas, tanto no plano individual quanto coletivo.

Referências

Adorno, Theodor (2000). *Educação e Emancipação*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Brasil. Câmara dos Deputados. Projeto de Lei n. 8035-B de 2010 (2010). *Aprova o Plano nacional de Educação – PNE e dá outras providências*. Brasília, DF: Câmara dos Deputados.

Carvalho, José Carmelo Braz de et. al. (Org.) (2005). *Cursos Pré-vestibulares comunitários: espaços de mediações pedagógicas*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Freire, Paulo. *Pedagogia do Oprimido* (2003). 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Fournier, Ana Cristina (2020). *Educação e Movimento Social: contribuições de um pré-vestibular com o recorte de gênero e sexualidade na vida dos egressos trans*. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias: FEBF/UERJ.

Fuks, Mário (2012). Atitudes, cognição e participação política: padrões de influência dos ambientes de socialização sobre o perfil político dos jovens. *Opinião Publica*, *.18* (1), Print version ISSN 0104-6276. Campinas. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762012000100005&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 09 de dezembro de 2019

Gohn, Maria da Glória.(2010a). Movimentos Sociais, Política Públicas e Educação (2010a). In: ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de. & JEZINE, Edineide (org.). *Educação e movimentos sociais: novos olhares*. São Paulo: Alínea.

Gohn, Maria da Glória (2010b). *Educação Não Formal e o Educador Social: Atuação no desenvolvimento de projetos sociais.* São Paulo: Cortez.

Hooks, bell (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Louro, Guacira Lopes (1997). *Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.* 6ª ed. Rio de Janeiro: Vozes.

Louro, Guacira Lopes (2000). *O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica.

Nascimento, Alexandre do (1999). *Movimentos sociais, educação e cidadania: um estudo sobre os cursos pré-vestibulares populares.* Dissertação de Mestrado em Educação. Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: UERJ.

Nascimento, Alexandre do (2008). Universidade e cidadania – O movimento dos cursos pré-vestibulares populares. *Revista Lugar Comum: Estudos de Mídia, Cultura e Democracia*, *17*, 45-60. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro,. Disponível em: http://uninomade.net/lugarcomum/17/. Acesso em: 05 de agosto de 2019.

Nicholson, Linda (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Femininos*, 8 (2). Santa Catarina, Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917. Acesso em: 05 de junho de 2019.

Ortiz, Renato. A constituição de uma nova cultura política. In: Villas-Boas, Renata & Telles, Vera da Silva (1995). *Poder Local, Participação Popular, Construção da cidadania*. São Paulo, Instituto Cajamar-Instituto Pólis-FASE-IBASE.

Petry, Analídia Rodolpho & MEYER, Dagmar Elisabeth (2011). Transexualidade e

heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa. *Textos & Contextos*, *10* (1), 193-198. Disponível em: https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=3215/321527168015. Acesso em: 09 de março de 2018.

Sandoval, Salvador A. M.. (2001). The Crisis of the Brazilian Labor Movement and Workers Political Consciousness. *Revista Psicologia Política*, *1*, 173-195. .

Santos, Boaventura de Sousa (2010). *A gramática do tempo*. São Paulo: Cortez.

Sousa e Silva, Jailson de (2016). A dimensão política das redes sociopedagógicas: uma descrição da experiência do Centro de Estudos e Ações Solidárias da Maré (CEASM). In: Simakawa, Viviane Vergueiro. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade.* Dissertação de Mestrado em Cultura, Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19685. Acesso em: 24 de julho de 2019.

Souza Laila Queiroz de (2019). *Pré-vestibular PreparaNem: A construção de uma história voltada para o acesso das pessoas travestis e transexuais à Universidade*. Dissertação de Mestrado Serviço Social da PUC, Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio.

Storino, André Luiz Bernardo (2017). *Gênero, beleza e corpo nos desenhos animados: recepção e percepções de alunas e alunos de uma escola pública*. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Duque de Caxias-RJ Disponível em: http://www.bdtd.uerj.br/handle/1/10249. Acesso em: 04 de maio de 2023.

Trilla Jaume (2008). A educação não-formal. In ARANTES, Valéria Amorim (org.). *A educação formal e não-formal: pontos e contrapontos*. São Paulo: Summus Editorial.

Turato, Egberto Ribeiro (2003). *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: Construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas.* 6ª edição. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes.

Notas

[1] Bixarte, vencedora do 1º Slam Cúir – Feira Literária das Periferias – FLUP 2020 in Mostra Artística do Encontro Internacional de Educação Popular e Cidadania – https://youtu.be/u9zuJl-o-6A?list=PLW4YEaJcT0c6qMKLOeQNsETLConGcBb8E (acessado em 05/03/2023).

[2] FOURNIER, Ana Cristina. Educação e Movimento Social: contribuições de um pré-vestibular com o recorte de gênero e sexualidade na vida dos egressos trans. Dissertação de Mestrado em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Duque de Caxias: FEBF/UERJ 2020.

[3] Neste artigo, será utilizada a noção de “pessoas trans”, como categoria que aglutina as identidades de gênero “travesti” e “transexual”.